

# DIMENSÕES DA INFÂNCIA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Eliane Mimesse Prado  
(Organizadora)

Atena  
Editora

Ano 2021

# DIMENSÕES DA INFÂNCIA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

**Eliane Mimesse Prado**  
(Organizadora)

 **Atena**  
Editora

Ano 2021

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

## Dimensões da infância na história da educação

**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Natália Sandrini de Azevedo  
**Correção:** Flávia Roberta Barão  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadora:** Eliane Mimesse Prado

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

D582 Dimensões da infância na história da educação /  
Organizadora Eliane Mimesse Prado. – Ponta Grossa -  
PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-173-9

DOI 10.22533/at.ed.739211506

1. História da educação. 2. História. 3. Assistência. 4.  
Infância. 5. Diálogo. I. Prado, Eliane Mimesse  
(Organizadora). II. Título.

CDD 370.9

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

### História, Assistência e Infância: um convite ao diálogo

Arlete Farge (2011) entende que a atualidade histórica provoca ao historiador novas interrogações e que “a disciplina se abre a outros caminhos, métodos e formas de exposição.” (FARGE, 2011, p.61). A atualidade que atravessamos no Brasil e no mundo, marcados pelo sofrimento de uma pandemia, nos obriga a pensar, escrever e nos entender na relação com o mundo. A pesquisa e os nossos esforços de estudo se abalam, não só pelas dificuldades conjunturais momentâneas, mas pelos sentidos que empreendemos nas relações humanas e na vida cotidiana.

A dor não é uma invariante, uma consequência inevitável de situações dadas; é um modo de ser no mundo que varia segundo os tempos e as circunstâncias e que, por essa razão, pode se exprimir ou, ao contrário, se recalcar, se expulsar ou se gritar, se negar ou arrastar outrem para ela. (FARGE, 2011, p.19)

A dor deste momento pandêmico – em terras brasileiras – dá dimensão coletiva a esta experiência da tragédia humana e da irresponsabilidade da esfera governamental federal por não agir em prol da proteção das crianças, dos jovens e adultos diante das consequências sanitárias e sociais que atravessamos. Mas, diante deste contexto, como tratar da pesquisa histórica, dos achados empíricos, enfim das análises que gravitam sobre infância? De pronto, faz-se necessário assumir que o investimento de horas a fio nos estudos sobre história da infância representa resistência e inventividade, demonstra nossa disposição em entender os fenômenos históricos e contemporâneos sobre a vida das crianças e suas experiências de infância.

O livro que tenho a honra de prefaciar se volta para muitas histórias que envolvem a dimensão da assistência, das memórias e práticas de oralidades nas comunidades de imigrantes, orientações católicas, debates jornalísticos, criação de instituições educativas para a primeira infância, casa do jornalista, enfim lugares e práticas diversas, nas quais, encontramos dimensões da infância na história da educação, conforme sugerido pelo título desta obra.

Um aspecto a destacar é a relação entre assistência, educação e infância. É recorrente perceber, na historiografia, uma dissociação entre estes campos de pesquisa e localizar estudos sobre história da assistência ou história da escolarização da infância sem pontas de diálogo ou ainda, não se reconhecendo imbricações entre estes fenômenos sociais. Neste livro, o leitor encontrará fragmentos de histórias que perpassam por estes dois campos, investigações que dialogam e apontam para a potencialidade dos nexos entre eles.

É também necessário reafirmar que os esforços que são empreendidos pelos pesquisadores em seus estudos individuais, depois partilhados em fóruns coletivos e associações científicas e, por fim, chega ao público mais amplo por meio da escrita em formato de livro, revela não só a devolutiva social do compromisso com a produção do conhecimento, mas a colaboração em fortalecer os espaços coletivos, de agremiação temática e profissional que sedimenta o campo que, sobre ele, estudamos e atuamos. A

história da infância e da juventude é fortalecida pelos investimentos feitos por meios das pesquisas divulgadas, mas nós - como pesquisadores e leitores - também nos alimentamos destas obras para entender melhor os fenômenos sociais e nos entendermos como sujeitos históricos.

Que os tempos estranhos atuais cedam lugar para novos desafios, perspectivas e sociabilidades e que os livros nos embalem e nos inspirem!

Gizele de Souza

## **REFERÊNCIA**

FARGE, Arlette. **Lugares para a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. [Coleção História e Historiografia]

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>3</b>
COM PIEDADE RUMO À FORÇA: A FILANTROPIA E AS CRIANÇAS POBRES NA OBRA DE BRONISLAW GEREMEK	
<i>Rafaela Paula da Silva</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7392115061</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>14</b>
CRIAÇÃO DE CRÈCHES PARA FILHOS DE MÃES TRABALHADORAS	
<i>Eliane Mimesse</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7392115062</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>25</b>
O QUE DIZEM OS JORNAIS SOBRE A EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA: UM LEVANTAMENTO SOBRE A CIRCULAÇÃO DAS IDEIAS DE OVIDE DECROLY EM PERIODICOS BRASILEIROS 1914-1935	
<i>Letícia Marques Borges Vilela de Carvalho</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7392115063</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>33</b>
LÍNGUA DE HERANÇA E INFÂNCIA: MEMÓRIAS E PRÁTICAS DE ORALIDADES NAS COMUNIDADES DE IMIGRANTES VÊNETOS NO PARANÁ NO SÉCULO XX	
<i>Elaine Cátia Falcade Maschio</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7392115064</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>45</b>
ORIENTAÇÕES CATÓLICAS PARA A INFÂNCIA ÍTALO-BRASILEIRA DE CURITIBA E REGIÃO (1926 – 1965)	
<i>Mara Francieli Motin</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7392115065</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>56</b>
SOB A TUTELA DO ESTADO: A SUSPENSÃO DO PÁTRIO PODER NA CASA DO PEQUENO JORNALEIRO (CURITIBA, 1960-1980)	
<i>Nicolle Taner de Lima</i>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.7392115066</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>69</b>

# INTRODUÇÃO

Este volume surgiu dos debates decorridos no XVII Encontro Regional de História da ANPUH Paraná, em novembro de 2020, no Simpósio Temático Infâncias, Adolescências e Juventudes: histórias e historiografia. O primeiro evento a acontecer de forma totalmente virtual e, por esse motivo muito aguardado por todos. É certo que ninguém imaginava como se desenvolveria na prática tal evento, mas para surpresa geral, foi um sucesso. Recebemos o maior número de inscritos em nosso Simpósio Temático desde sua criação em 2014, excedendo o número máximo de inscritos e com vários participantes de outros estados. A quantidade de trabalhos inscritos e apresentados foi significativa, maior que nas versões presenciais. Afinal, o modo a distância tem relevância, quanto a participação destes colegas dos outros estados. Registra-se neste momento em que publicamos essa coletânea, que aguardamos ansiosos a volta da normalidade e dos encontros presenciais, e que essa situação pandêmica possa cessar.

Em todos esses anos tentamos a partir dos trabalhos apresentados nos encontros estaduais reunir um grupo, cada vez maior de pesquisadores, com novos olhares e novas perspectivas para estudar a temática da infância e da juventude. Buscamos estudiosos atentos às novas perspectivas de análise sobre a temática.

Se é verdade que a história só começa quando o historiador faz ao passado, em função de seu próprio presente, perguntas das quais os contemporâneos não poderiam ter a menor ideia, quem nos dirá – desde agora – qual inquietação, se esconde por trás dessa necessidade de acontecimentos, qual nervosismo implica essa tirania, qual acontecimento maior de nossa civilização exprime a colocação desse vasto sistema do acontecimento que constitui a atualidade? (NORA, 1988, p. 192)

Por esse motivo, é possível identificar que os textos reunidos neste volume abordam este aspecto da história, porque a partir da leitura de um autor que descreveu a história da pobreza em alguns países da Europa nos séculos da modernidade, Rafaela Paula pôde identificar os resquícios em seu discurso sobre a filantropia para a infância. Na leitura detalhada de periódicos dos séculos passados Eliane Mimesse e Letícia Marques restituíram as informações sobre as creches na cidade paulistana e as notícias sobre as práticas educativas de Jean Decroly na capital paranaense. Na verdade, o uso dos periódicos como fonte para pesquisa seria banal, mas o olhar das pesquisadoras alterou essa ação porque “tudo começa com o gesto de selecionar, de reunir, de transformar em ‘documentos’ determinados objetos distribuídos de outra forma”, conforme citou Certeau (1988, p.30). O mesmo autor enfatizou ainda que os documentos que serão produzidos a partir da pesquisa poderão acabar alterando seu tempo, seu lugar e suas normas.

Para além dos periódicos as pesquisas fazem uso de outros documentos oficiais, mantidos em acervos governamentais, privados, religiosos, etc. É necessário buscar informações sobre legislações, ofícios, requerimentos, atas, anuários estatísticos, bulas, cartas, estatutos, relatórios, prontuários, entre outros. Mara Francieli recorre a modelos específicos de documentos eclesiais para identificar nuances da infância imigrante nas áreas coloniais próximas da capital paranaense; Nicolle Taner busca nos relatórios e prontuários institucionais indícios dos acontecimentos cotidianos que envolveram os

meninos órfãos que viviam em uma instituição profissional na cidade de Curitiba e, por esse motivo devemos atentar, ao processo de criação dos documentos.

O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho (...) que ele traz deve ser em primeiro lugar analisado desmistificando-lhe o seu significado aparente. (...) No limite não existe um documento verdade. Todo o documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo. (LE GOFF, 1994, p. 547)

O papel do historiador é cruel. É o inquisidor dos documentos que usa como fontes primárias, seus únicos companheiros de sua longa jornada na pesquisa. Mas, existe a possibilidade de usar outros artefatos que contribuam com sua pesquisa e amenizem o trabalho nos arquivos. Uma possibilidade é a aproximação com a história oral, os sujeitos envolvidos podem ser entrevistados, essas entrevistas serão gravadas e depois transcritas. O rigor do historiador, neste caso, será apenas na elaboração do roteiro para os sujeitos envolvidos, nos momentos de gravação e de transcrição. Certamente, o grupo a ser escolhido para o desenvolvimento com a pesquisa de história oral, também deve ser levado em conta. É exatamente neste contexto que Elaine Cátia trabalha sua pesquisa, com o Centro de Estudos Vênets do Paraná. A partir das memórias dos adultos, a pesquisadora fez o resgate das ações e práticas desenvolvidas por essas pessoas quando eram crianças. A memória, como citou Le Goff (1994, p. 423) tem uma propriedade de “conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”.

Com este volume o Simpósio Temático Infâncias, Adolescências e Juventudes: história e historiografia no Paraná demonstra que têm envolvimento ativo de pesquisadores, a pretensão é colaborar com a difusão do conhecimento histórico sobre infância e juventude paranaense e brasileira.

## REFERÊNCIAS

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Trad. Suzana F. Borges. 3.ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1994.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História: novos problemas**. Trad. Theo Santiago. 3.ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988, p. 179 – 193.

## SOB A TUTELA DO ESTADO: A SUSPENSÃO DO PÁTRIO PODER NACASA DO PEQUENO JORNALEIRO (CURITIBA, 1960-1980)

*Data de aceite: 19/04/2021*

*Data da submissão: 15/03/2021*

**Nicolle Taner de Lima**

Universidade Federal do Paraná Campo Largo  
– Paraná  
<http://lattes.cnpq.br/3053453654717016>

**RESUMO:** A Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba foi uma instituição que existiu entre os anos 1942 e 2002. Durante boa parte de sua existência, se destinava a abrigar meninos e prestar auxílio educacional e moral através da disciplina e trabalho, que os internos exerciam como vendedores de jornais e revistas pela cidade. De acordo com o estatuto e relatórios da instituição, a Casa abrigava “menores” órfãos e abandonados. Entretanto, ao analisar os prontuários individuais dos jornaleiros, pode-se perceber que são poucos os que, efetivamente, seriam abandonados - muitos deles possuíam família e conviveram com seus familiares antes de serem destinados às instituições. Isso se devia ao fato de que, segundo o Código de Menores de 1927, era possível haver uma interferência do Estado caso a família solicitasse auxílio ou, entre outras questões, se entendesse que a convivência com o núcleo familiar colocasse a saúde, a segurança ou a moralidade da criança em risco. Dessa forma, o Estado tinha respaldo para interferir, suspender ou destituir o pátrio poder e tomar essa responsabilidade para si e, desse modo, as instituições estaduais exerciam o cuidado (e o controle) sobre essas crianças - a Casa do Pequeno Jornaleiro era uma dessas entidades. Nas páginas que se seguem, realizo uma análise sobre a destituição ou suspensão

do pátrio poder no que se refere à CAPEJO e a seus jornaleiros, a partir da legislação que dispõe sobre tais questões e dos documentos institucionais, como os prontuários individuais dos garotos e relatórios anuais da Casa, com o intuito de contribuir com as discussões sobre História das Infâncias e Juventudes, sobretudo quando se trata de historicizar as políticas públicas para a infância no estado do Paraná.

**PALAVRAS-CHAVE:** História da Infância e Juventude; Casa do Pequeno Jornaleiro; Código de Menores; Pátrio Poder.

### UNDER THE GUARDIANSHIP OF THE STATE: THE SUSPENSION OF THE PATERNAL POWER IN THE “CASA DO PEQUENO JORNALEIRO” (CURITIBA, 1960-1980)

**ABSTRACT:** The “Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba” (CAPEJO) was an institution that existed between 1942 and 2002. During a considerable part of its existence, it was destined to accommodate boys and provide educational and moral assistance through discipline and work, which the boys practiced as sellers of newspapers and magazines through the city. According to the statute and reports of the institution, it accommodated orphaned and abandoned “minors”. However, by analyzing the individual records of the newsboys, one can notice that few were actually abandoned - many had families and lived with them before being sent to the institutions. This is because, according to the Minors’ Code of 1927, the State could interfere if the family asked for assistance or, among other issues, if it was understood that living with the family put the health, safety or morality of the child at risk. Thus, the State had the support to interfere, suspend or dismiss the paternal power and take this

responsibility. That way, the state institutions took care (and control) of these children, and the Casa do Pequeno Jornaleiro was one of these entities. In the following pages, I analyze the dismissal or suspension of the paternal power concerning the CAPEJO and its newsboys based on the legislation that addresses these questions and the institution's documents, such as the individual records of the boys and annual reports of the institution. The objective is to contribute with discussions about the History of Childhood and Youth, especially regarding the historicization of public policies for childhood in the state of Paraná.

**KEYWORDS:** History of Childhood and Youth; Casa do Pequeno Jornaleiro; Minors' Code; Paternal Power.

## 1 | INTRODUÇÃO

Sancionado pelo presidente Washington Luís através do Decreto 17.943, o Código Mello Mattos, conhecido popularmente como Código de Menores de 1927, é considerado um marco jurídico na História da Infância no Brasil. Para Vicente Faleiros (1995, p. 63), apesar de que o código trazia a questão da infância como “problema do menor”, aliando abrigo e disciplina, assistência e repressão, este decreto trazia também as obrigações do Estado em proteger as pessoas.

O texto da lei percebe a criança e o jovem pobre como um problema social, se apoiando em uma doutrina jurídica salvacionista. Entre outras coisas, institui o termo jurídico *menor* a partir de uma faixa etária (menores de 18 anos) e responsabiliza tanto os pais, quanto o Estado pela criação e educação da criança e do jovem. Já no início do texto do Código de Menores de 1927 é possível entender quais eram os alvos desta política, bem como quais eram suas finalidades:

Art. 1º O menor, de um ou outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 annos de idade, será submettido pela autoridade competente as medidas de assistencia e protecção contidas neste Codigo.

O segundo artigo disserta “Das Crianças da Primeira Idade” evidencia essa questão da proteção do menor, da vida: tratando especificamente das crianças entregues à doação, o Código afirma que esta criança torna-se objeto da vigilância pública, “(...) com o fim de lhe proteger a vida e a saúde.”

Desde a primeira infância, a família e a casa, bem como o tutor que prestava abrigo em caso de ser uma criança exposta, poderiam receber visitas de autoridades e a recusa em recebê-los poderia culminar em crime de desobediência e desacato (art 4º). Esta visita gerava, muitas vezes, relatórios que descreviam minuciosamente a situação da família e se não havia nada que incorresse na incapacidade ou negligência dos pais ou tutores – que poderia ser tanto maus tratos (art 34, inciso III), como aqueles que deixavam o filho em “estado de vadiagem, mendicidade, libertinagem, criminalidade” ou aquele que facilitasse a “perversão” do filho (idem, inciso II) ou ainda, o que o empregasse em “ocupações proibidas ou manifestamente contrarias à moral e aos bons costumes” (inciso IV). Nessas visitas e perícias, caso ficasse entendido que o pai, mãe ou tutor da criança não podia garantir sozinho a vida e a saúde desse, o Estado poderia retirar ou suspender o pátrio poder, como alerta o Artigo 31, do Código de Menores de 1927. Abaixo a redação do referido

artigo:

Nos casos em que a provada negligencia, a incapacidade, o abuso de poder, os máos exemplos, a crueldade, a exploração, a perversidade, ou o crime do pae, mãe ou tutor podem comprometer a saúde, segurança ou moralidade do filho ou pupillo, a autoridade competente decretará a suspensão ou a perda do patrio poder ou a destituição da tutela, como no caso couber. (Capítulo V, Art 31).

A destituição do poder paterno, portanto, significava que o Estado tinha respaldo para interferir quando entendesse que a família não era adequada para criar, proteger e educar os filhos, ou mesmo quando a família solicitasse essa ajuda do Estado. Havia ainda a possibilidade de que a criança poderia ser encontrada perambulando pelas ruas e essa situação é prevista pelo o artigo 56:

Si no prazo de trinta dias, a datar da entrada em, juizo o menor fugitivo ou perdido, [...] não fôr reclamado por quem de direito, o juiz, declarando-o abandonado, dar-lhe-ha conveniente destino. Todavia, aqualquer tempo que o responsavel reclamar, o menor poderá ser-lhe restituído.

Os artigos mencionados do Código são especialmente importantes para o texto que aqui apresento. A partir dessa legislação que se refere ao pátrio poder e a sua suspensão, apresento uma análise de alguns casos selecionados de fontes documentais (com recorte temporal entre os anos 1960 e 1980) acerca de meninos abrigados na Casa do Pequeno Jornaleiro e como essa questão da privação dessa relação familiar pelo Estado se apresentava. Questões sobre configurações familiares, interferência dos juizes de menores e até mesmo solicitações vindas dos próprios garotos, foram observados pela perspectiva da História das Infâncias e Juventudes no Brasil, que compreende as crianças e jovens como sujeitos, atores sociais, status que historicamente lhes foi negado.

## **2 | A CASA DO PEQUENO JORNALEIRO DE CURITIBA**

A Casa do Pequeno Jornaleiro de Curitiba foi fundada em 1942, durante o governo do interventor Manoel Ribas e foi idealizado pela sua esposa, Dona Anita Ribas. O propósito da Casa era abrigar meninos, em geral de famílias empobrecidas, “prestando-lhe assistência material, moral e intelectual” (Extrato dos Estatutos CAPEJO, 1942). O estatuto também utiliza o termo “encaminhar os menores vendedores de jornais” - o que afirma a existência dessa atividade laboral exercida por crianças, mas também o “encaminhar”, que sugere que estavam “desencaminhados”, “perdidos”, “desvirtuados”; esses termos são de uso constante nos relatórios da instituição, de modo a informar como os garotos teriam sido tirados de um possível caminho da delinquência (este pensamento era comum à época, relacionando a pobreza com a criminalidade, na esteira das ideias eugenistas).

Essa instituição abrigava meninos, dos 10 aos 18 anos, que moravam nessa sede, localizada à Rua Saldanha Marinho, bem no centro da capital paranaense. Fornecia alimentação, cuidados médicos e odontológicos, doutrinação religiosa e também havia, no próprio prédio, um grupo escolar que ofertava os primeiros anos do ensino formal. Os meninos

dormiam, tomavam banho, estudavam, brincavam... além disso, e talvez mais significativo, trabalhavam.

O trabalho foi tido como eixo moralizador não só da Casa, mas de várias políticas oficiais do Estado Brasileiro, principalmente, a partir do governo Vargas, no Estado Novo. No discurso do lançamento da pedra fundamental, já explicitava que uma de suas tarefas era fazer com que estes percebessem o valor do trabalho:

Sob o teto acolhedor de grande abrigo, que vai, aqui, erguer-se, dentro em breve, encontrarão fé, esperanças e alegrias, acolhimento e amparo, gerações e gerações de crianças pobres. [...] educar-se-ão com esmero, trilharão, amparadas, os duros e incertos caminhos da vida, para se formarem na escola do trabalho, sob a orientação poderosa da educação, sadios de corpo e de espírito.

Durante a Ditadura Militar, as crianças e jovens foram compreendidos não só como potenciais criminosos ou ociosos, mas também como virtuais subversivos (BECHER, 2012, p. 73). A população infantojuvenil oriunda dos grupos populares foi colocada como objeto principal da Justiça de Menores, não só através dos processos de criminalização da pobreza, mas na contenção, desde cedo, da contestação e revolta social (REIS, 2015, p. 45).

Uma ação mais enérgica por parte do Estado em relação às famílias dos grupos populares e os considerados “menores”, se relacionava com a situação política durante o Regime e a difusão da ideia do “perigo comunista” diretamente associada à Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Para tanto, o governo militar criou a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM), aprovada pelo Congresso em 20 de novembro de 1964, através da Lei número 4.513. Esta teria como função estudar e pesquisar o chamado problema do menor, planejar soluções, orientar, coordenar e fiscalizar as entidades da Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM). A PNBEM foi apresentada em setembro de 1965, nove meses depois da FUNABEM e foi pensada para centralizar as políticas assistenciais visando a difusão dos ideais do regime e legitimá-lo frente à população por estar combatendo o “problema dos ‘menores’” (VOGEL, 1995, p. 304).

No bojo desse sistema de ideias, sobrepondo-se aos direitos políticos e individuais, estava uma série de valores ligados à preservação da família, do trabalho, da propriedade e da obediência às normas políticas e jurídicas. (BESCHER, 2012, p. 72). As políticas de incentivo ao trabalho e da moralização através do labor se direcionavam especialmente às pessoas menos abastadas, “(...) pois se acreditava fielmente que o trabalho era a única forma de fazer com que os filhos da classe trabalhadora não caíssem na temida “marginalidade e delinquência” (BUIAR, CONCEIÇÃO, 2014, p. 595).

Na Casa do Pequeno Jornaleiro, esse trabalho era realizado através da venda de jornais e revistas pelas ruas da cidade. Os garotos saíam cedo para buscar os exemplares nas sedes dos folhetins, voltavam para separar a quantidade que lhes era atribuída e partiam em seus roteiros, vendendo em pontos fixos ou rotas pré-estabelecidas. Retornavam por volta do meio dia, para almoçar e prestar contas. À tarde, brincavam, faziam cursos ou estudavam (o que poderia ser feito à noite também, dependendo da oferta das instituições de ensino).

O uso do uniforme era obrigatório durante o trabalho, bem como portar consigo uma carteirinha de identificação (imagem 1) - marcando propositalmente uma diferenciação entre esses meninos e os outros que transitavam pelas vias. O dia-a-dia do pequeno jornalista era bastante atarefado, com o trabalho que não cessava nem aos fins de semana, estudos, aulas de reforço... tudo com horários definidos e normas muito rígidas, com diversos mecanismos de controle, vigilância, controle do tempo e espaço, premiações e sanções; muitos dos requisitos que permitem interpretar o código de conduta como uma lógica disciplinar (FOUCAULT, 2009).



Imagem 1: Carteira de identificação expedida pelo Instituto de Assistência ao Menor (IAM). Acervo da autora.

Dois aspectos diferenciavam a Casa de outras instituições de abrigamento ou internamento que existiam por todo o Paraná no mesmo período: o primeiro, o fato de que não representava uma instituição de reclusão, como outras, onde as crianças ficavam isoladas na maior parte do tempo, em orfanatos ou patronatos; e a segunda era a questão de que parte dos valores arrecadados com a venda dos jornais e revistas era destinada a uma poupança no extinto Banco Banestado e ficava rendendo até sua retirada quando o garoto completasse 18 anos – ou antes, mediante autorização do juiz; ou seja, circulavam pela cidade e seu trabalho era recompensado financeiramente, ainda que mal remunerado ou como um prêmio futuro.

A instituição existiu até 2002, passou por diversas instâncias: primeiro, atuou como organização civil, depois, em 1962 fica aos cuidados do Estado e nos anos 1980, da prefeitura municipal de Curitiba. Abrigou centenas e centenas de garotos, que passaram por lá, moraram, fizeram amigos, estudaram, trabalhavam sob o sol ou chuva, participaram das atividades culturais ou esportivas propostas pelo Instituto de Assistência ao Menor (IAM), um órgão estadual que se ocupava justamente das associações para jovens e crianças, abandonados, órfãos, pobres, trabalhadores. Foi uma instituição que teve sua importância

histórica, para a cidade e nas trajetórias desses meninos e suas famílias.

### 3 | O PODER FAMILIAR E SUA SUSPENSÃO

A configuração de família dos grupos populares era muito diferente da almejada pelas autoridades judiciárias que difundiam a norma familiar burguesa. i Principalmente nos grupos populares, ela se apresentava muito dinâmica e distinta desse modelo incentivado pelo Estado. Enquanto na classe média o núcleo familiar é/era reduzido, naqueles a rede consanguínea é mais extensa e fluida (FONSECA, 2002). Devido a essas diferenças e a um longo histórico de representações sociais negativas dos grupos populares (*idem*, p. 17), legitimava-se a interferência dos representantes do Estado nas relações que se davam no âmbito da família e que poderia culminar na retirada ou suspensão do pátrio poder. Apesar de apenas uma parcela da população brasileira viver em uma família nuclear burguesa, é a referida configuração que permeava os discursos que circulavam nos periódicos impressos, nos noticiários, as novelas, nos comerciais e na legislação.

Conforme mencionado na introdução deste capítulo, o Estado tinha respaldo para interferir quando entendesse que a família não era adequada para criar, proteger e educar os filhos, ou mesmo quando a família solicitasse essa ajuda do Estado como é o caso de vários dos pequenos jornaleiros, por exemplo, o menino Túlio.<sup>ii</sup> Internado em março de 1966, filho de pai mineiro e mãe paulista; as fontes permitem afirmar que a família passava por dificuldades financeiras: casados em Astorga, filhos nascidos em outras cidades do interior paranaense, o casal se mudou para a capital, logo solicitou ajuda ao Juizado de Menores e Túlio foi internado pelo motivo de “desajuste econômico”. Em seu prontuário, encontram-se vários ofícios solicitando que o menino pudesse passar as férias de fim de ano ou feriados prolongados com sua família no Barigui, como antigamente era chamada a região de alguns bairros de Curitiba; quando completou a maioridade, pode morar novamente com os pais.

Esse prontuário traz à tona dois pontos importantes para esta investigação: o caso de famílias que solicitavam apoio do Juizado de Menores quando impossibilitadas de cuidar de seus filhos/as e o fato de que estes eram considerados abandonados, mesmo tendo família. Isto porque o Estado tomava para si a responsabilidade de manter essa criança, mesmo que momentaneamente, respaldado, nesse caso, pelo inciso 3º do Artigo 26, do Código Mello Matos que considerava também abandonados aqueles “que tenham pae, mãe ou tutor ou encarregado de sua guarda reconhecidamente impossibilitado ou incapaz de cumprir os seus deveres para, com o filho ou pupillo ou protegido”.

A maioria das admissões se relacionava a fatores econômicos e, como informam os prontuários, questões familiares. Apesar de que as fontes não exploram muito o significado do termo, há 06 prontuários que listam “desajuste familiar” como motivo da internação. Seu uso pode se referir tanto ao olhar externo de quem preenche a ficha de entrada e realiza a entrevista inicial, quanto uma assimilação possível do discurso do que se considerava à época como modelo familiar. No gráfico a seguir, são identificados os dados relacionados aos motivos de internação:

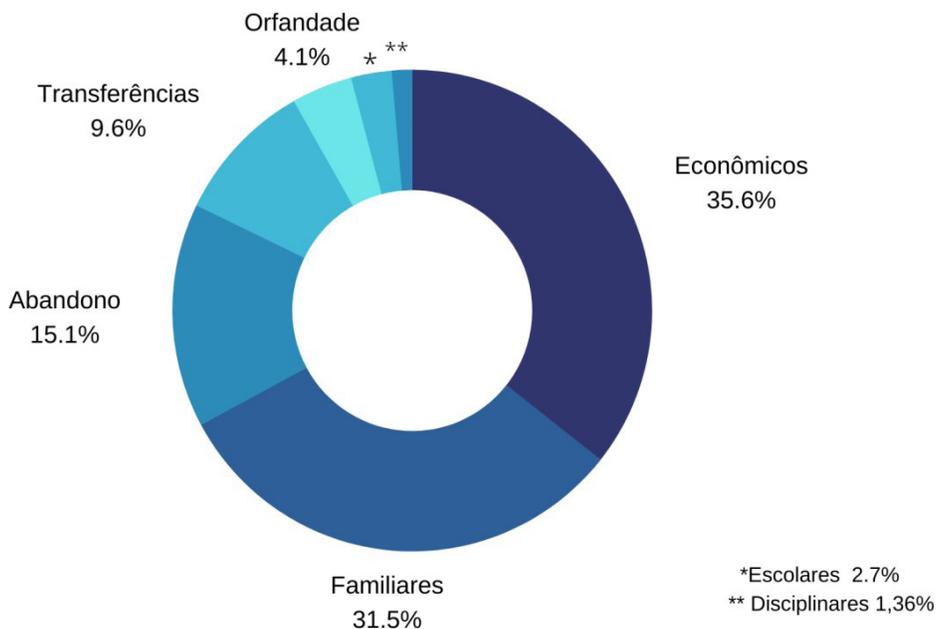


Gráfico 1: Motivos para o internamento

Gráfico 1: motivos de internamento – foram considerados aqui 53 prontuários, já que em 45 das fontes consultadas não possuem informação sobre essa motivação. Aqueles que mencionam, trazem razões que se inter-relacionam, portanto, estão listados 73 justificativas, onde: Econômicos somam 26, Familiares, 23, Abandono, 11, Transferências de outras instituições, 07, Orfandade, 03, Escolares, 02, Disciplinares, 01. Fonte: Elaborada pela autora a partir dos prontuários.

Isto posto, apresento aqui algumas das interpretações para a questão do “desajuste familiar”, como cita a documentação. Entre os prontuários dos jornalheiros há 10 fichas dos meninos com a presença da palavra “ignorado” no campo referente à paternidade; 3 são as fichas que não possuíam nenhuma informação sobre os pais; em 7 há a informação de que os pais haviam falecido. Tal fato demonstra que 20 mulheres não tinham ajuda dos pais dos garotos para a criação dos filhos e solicitaram, não somente por esse motivo, ajuda do Estado para garantir a sobrevivência e a disciplina de seus filhos.

Apesar do número de “mães desconhecidas” e o uso do termo “ignorada” ser inferior para o campo da maternidade, o falecimento das mães é apontado em 12 casos. O falecimento das esposas motivou vários pais a levarem seus filhos para a instituição. Era corrente o uso da expressão “órfão unilateral” no campo “motivo de internamento”, o que pode indicar uma possível legitimidade que tinham o pai e mãe que eram viúvos para internar seus filhos. É pertinente, entretanto, refletir sobre a possibilidade de que, mesmo constando em suas certidões os nomes de pai e mãe, isso não significa que os genitores estivessem presentes ou que a criança coabitasse com a família no período anterior à internação.

No caso do menino Dito,<sup>iii</sup> a configuração familiar foi um dos motivos para que ele próprio pedisse sua admissão. Segundo seu prontuário, a família vivia em condições

precárias com o agravante de seu pai sofrer do Mal de Hansen– o que influenciou muito possivelmente a decisão do Setor de Serviço Social em solicitar a sua vaga. É provável que o relato do garoto afirmando ter sido abandonado por sua mãe e que esta possuía um novo companheiro com quem o menino não mantinha bom convívio, também tenha contribuído para essa deliberação.

A ficha de Pedro, <sup>iv</sup> que já tinha 15 anos quando se tornou *pequeno jornalista*, informa que sua mãe era casada no momento em que solicitou seu internamento. Entretanto, segundo o prontuário, “o pai do menor foi preso, por motivo de crime de morte, a mãe achou-se desamparada [e] por este motivo internou o filho nesta casa.” (*sic*). A mãe de Pedro, para poder criar seus cinco filhos, foi trabalhar no norte do estado do Paraná, pedindo a colocação do menino para a CAPEJO. Já Rita, mãe de Renato<sup>v</sup> e de outras cinco crianças, tirava seu sustento de seu ofício de cozinheira em uma pensão. Segundo o prontuário, “o menor veio para este estabelecimento porque sua mãe foi **obrigada a trabalhar fora**”. É possível compreender o trecho grifado como um indício do discurso da época, em que o lugar da mulher-mãe deveria ser o lar, cuidando dos filhos e realizando os serviços domésticos. Rita precisava prover toda a renda da casa sozinha, sendo seus filhos todos pequenos e por isso, segundo a fonte, recorreu à institucionalização. O fato de não ser casada possivelmente colaborou com o parecer favorável à internação de Renato.

É importante ressaltar que apesar de os genitores homens serem citados na certidão de nascimento, isso não significava que eram presentes ou assumiam a função da paternidade, ou ainda, que contribuía economicamente para o sustento da família (FONSECA, 2002, p. 84). Muitas são as mães que solicitaram a colocação de seus filhos na CAPEJO motivadas por serem solteiras, separadas ou viúvas e as únicas responsáveis pelas despesas familiares e cuidado com as crianças. É plausível mesmo questionar a questão da viuvez das mulheres: o fato de que as mulheres se declaravam viúvas podia não significar que seus companheiros tivessem falecido, isto porque, possivelmente muitas se pronunciavam viúvas para não registrar que eram “mães solteiras”, tiveram relações afetivas fugazes ou que foram deixadas por seus maridos ou companheiros. Ainda, podiam fazer uso desse discurso do desamparo a seu favor, facilitando que a sentença de admissão de seus filhos e lograr êxito em sua necessidade de que fossem institucionalizados.

## 4 | VOLTANDO PARA O CONVÍVIO FAMILIAR

Como constatado no tópico anterior, os motivos para a internação dos garotos na CAPEJO se entrelaçavam, visto que, muitas vezes, era apenas uma pessoa a responsável pela manutenção financeira da família, por um dos cônjuges ser falecido, ou devido a possíveis separações conjugais – na visão da instituição, a primeira questão era nomeada como “desajuste financeiro”, “renda insuficiente” ou apenas elencado o motivo como “situação financeira”, já o segundo, como “desajuste” ou “desarranjo familiar”. Entretanto, a partir dos prontuários, foi possível perceber que dos 98 meninos que fazem parte do recorte aqui analisado, 17 voltaram a coabitar com seus familiares. Exponho então algumas reflexões acerca dos pretextos que levariam então a instituição e o IAM autorizarem a reinserção desse garoto na família, mesmo que em algum período anterior as tenha considerado inadequadas.

Entre os 17 prontuários de garotos que retornaram para suas famílias, são 07 os que relacionam o desligamento ao comportamento e 10 que não mencionam seu motivo. Sobre o comportamento, são duas as relações traçadas nos prontuários: o não se adequar à conduta da CAPEJO e a posse indevida de quantias monetárias. No primeiro caso, são utilizados termos como “não se adequa à conduta da Casa”, “não vem correspondendo às normas exigidas”, “não se ajusta ao regime da Casa”, e no segundo, em geral, se utiliza a expressão “vem contraindo débitos constantes”, junto ao valor da dívida do menino.

Em duas situações, os prontuários indicam o não ajustamento às normas e também os débitos monetários, o que pode indicar que havia uma distinção entre um e outro motivo, já que se informou os dois. Pode-se interpretar, desse modo, o não se adequar como relacionado diretamente à questão da disciplina, diferente da posse indevida de quantias – caso de 03 meninos.

Frequentemente, o familiar responsável assinava uma declaração de compromisso, como no caso de Renato e sua mãe, Rita, já citados nesse texto: “Em vista das razões expostas pelo diretor da Casa do Pequeno Jornaleiro, à respeito da conduta do meu filho Renato nessa instituição, declaro que nesta data, o mesmo passará a residir em minha companhia. Curitiba, 8 de abril de 1963”.<sup>vi</sup> É constante também a presença da informação sobre o endereço em que o menino habitaria. Assim aconteceu com outros 08 meninos. Isso pode indicar que o IAM anexava esse dado para manter ainda relações que implicavam vínculo e vigilância sobre estes garotos e sobre a família dos mesmos.

Há também outras duas possíveis interpretações sobre aqueles prontuários que não indicam motivos para o desligamento. A melhora na situação econômica da família e o retorno do garoto justamente para proporcionar tal ascensão, visto que com o avançar de sua idade, poderia trabalhar em outras atividades que propiciassem um maior rendimento. Somam cinco os prontuários que permitem levantar essa hipótese, sobre os adolescentes ajudarem na renda familiar - a mãe de Raul, que havia sido desligado por se apossar de valores da venda dos jornais, chegou a declarar “estar necessitando dele em casa”.<sup>vii</sup> Já o padraсто de Osmar, menino que também contraiu débitos, solicitou o desligamento do garoto após o período de apenas quatro meses na CAPEJO, alegando poder sustentá-lo,<sup>viii</sup> o que coloca em questão se esse era mesmo o caso, se o mau comportamento do jornaleiro foi algo motivador ou se, passados esses poucos meses, a família reviu sua opinião.

Ao esmiuçar os dados referentes ao retorno desses garotos às suas famílias, pode-se observar que nem sempre esse processo era tranquilo, ou motivado por laços afetivos ou desejos de regresso. Muitas vezes, a conduta do garoto era utilizada como justificativa para seu desligamento, ou ainda, a eminência de uma transferência para outra instituição pautada em uma disciplina mais rigorosa também pode ter sido um motivador para que os pais (em geral, a mãe) buscassem o menino.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A destituição do poder paterno ou sua suspensão era uma responsabilidade do Estado, prevista pelo Código de Menores de 1927. Essa legislação preconizava diversas atribuições tanto para os pais das crianças, quanto para o poder público e garantia essa

interferência quando se constatasse que o convívio familiar não era adequado para os infantes, seja por questões econômicas ou por aquelas consideradas da ordem da moral e dos bons costumes. Nesse caso, muitas atitudes despertavam a desconfiança das autoridades e motivavam denúncias.

Para o Estado, de acordo com Patrice Schuch, a família era tanto o lugar de suspeita, quanto o objeto e o instrumento de intervenção a fim de que estabelecesse normas e regras tidas como essenciais ao convívio entre parentes (SCHUCH, 2013, p. 312). Vicente Faleiros argumenta que, ao mesmo tempo em que o Estado interfere no pátrio poder para proteger a criança de abusos, busca fortalecer a família enquanto símbolo e controle da vida social (FALEIROS, 1995, p. 51). Outras políticas se pautam pela mesma ideologia, como a Política do Bem-Estar do Menor, que sinalizava a preocupação com os novos arranjos familiares e com a falência do modelo patriarcal (MIRANDA, 2015).

Na Casa do Pequeno Jornaleiro foi possível perceber, a partir da documentação consultada que, de fato, existia essa interferência do Estado, através da figura do Juiz de Menores, principalmente. A criação dos juzados de menores foi motivada pelo Código de Menores de 1927 e as atribuições dos juízes estavam expressas no capítulo I intitulado “Do Juízo Privativo de Menores Abandonados e Delinquentes”, algumas delas seriam:

(...) processar e julgar o abandono de menores de 18 annos, nos termos deste Codigo e os crimes ou contravenções por elles perpetrados” (Art. 147, I), “inquirir e examinar o estado physico, mental e moral dos menores, que comparecerem a juizo, e, ao mesmo tempo, a situação social, moral e economica dos paes, tutores e responsáveis por sua guarda (Art. 147, II), fiscalizar o trabalho dos menores (Art. 147,XI), “fiscalizar os estabelecimentos de preservação e de reforma, e quaesquer outros em que se achem menores sob sua jurisdição, tomando as providencias que lhe parecerem necessárias” (Art. 147, XII) (LIMA, 2017, p. 26).

Motivado pelas denúncias de vizinhos ou mesmo pela solicitação dos familiares, o Juiz de Menores sentenciava a destituição do poder paterno para que o Instituto de Assistência ao Menor destinasse a criança a uma instituição que considerasse adequada ou para aquela que ofertasse vagas no momento. A partir do momento em que o menino estivesse interno, seus pais seriam desautorizados de sua tutela, isto é, o menino seria considerado “abandonado” mesmo que temporariamente, já que sob amparo do Juzado.

A FUNABEM também concentrava no Poder Judiciário, em trabalho conjunto com delegacias especializadas, a responsabilidade de determinar o convívio com a família, a institucionalização nessa ou naquela casa, patronato, orfanato ou outros, como as escolas de ressocialização para aqueles que se cometiam atos infracionais.

Entretanto, pode-se perceber ao analisar as fontes que estas sentenças poderiam ser reconsideradas a partir de demandas da instituição e das famílias dos internos; a primeira poderia solicitar o desligamento da Casa por diversos motivos, mas o fazia, segundo a documentação, por questões de disciplina, quando a criança não se adequava às normas exigidas ou quando se apossavam valores referentes à venda dos impressos. No segundo caso, quando essa requisição vinha das famílias, era por intermédio da instituição ou para que os meninos ajudassem na renda e organização do lar, pelo fato de que os familiares

ascenderam financeiramente ou ainda, por mudanças de cidade ou estado. Assim, a família assinava um documento se responsabilizando pelo “menor” e informando o endereço da residência, para acompanhamento das autoridades.

Foi um ponto importante da reflexão aqui apresentada a percepção de que a suspensão do poder paterno dependia dessa decisão do juizado gerado por diversas questões pautadas na legislação, mas que poderia ser restituída a qualquer tempo, também a depender das questões familiares, econômicas e morais. Havia uma flexibilização desse embargo à família: há casos de que o garoto internado ia passar as férias com os parentes, então o juiz expedia a sentença de restauração do poder aos pais e quando se dava o fim do recesso escolar, o menino retornava à instituição e o magistrado autorizava novamente a integração do interno, suspendendo a tutela dos pais mais uma vez e destinando-o aos cuidados do Estado.

Assim sendo, foi possível perceber que os relatórios da CAPEJO utilizam o termo abandonado para os garotos porque muitos deles eram mesmo considerados abandonados e isso não significava um abandono físico dos pais, de o deixarem sozinhos, mas uma forma de reproduzir um discurso vigente que considerava as crianças pobres como desamparadas e suas famílias como incapazes de educá-las bem, culpando-as pelos efeitos da pobreza e associando-as a corrupção moral e à delinquência – sustentando assim o discurso da necessidade da intervenção do Estado e a “cultura da institucionalização” (CELESTINO, 2015, p. 166).

## NOTAS

<sup>i</sup> Para a historiadora Silvia Arend, essa configuração de família surge inicialmente entre as elites e caracteriza-se pelo seguinte conjunto de valores e práticas: “pela composição pai, mãe e filhos; pela presença de representações sociais que conformam o chamado amor romântico entre os cônjuges, bem como o amor materno e paterno em relação aos filhos (...)” (ARENDA, 2007, p. 276).

<sup>ii</sup> Pequeno Jornaleiro sem número. Prontuário nº 5876. FAS 19-13-2-3 Casa do Pequeno Jornaleiro 1962-2002. Cad. A/B Caixa 03. Arquivo Municipal de Curitiba (os nomes utilizados nesse capítulo são fictícios, a fim de preservar a identidade dos sujeitos aqui mencionados).

<sup>iii</sup> Pequeno Jornaleiro nº 03. Pt nº 77263. FAS 19-13-2-3. Casa do Pequeno Jornaleiro 1962- 2002. Cad. A. Cx 01. Arquivo Municipal de Curitiba.

<sup>iv</sup> Pequeno Jornaleiro nº 01. Pt nº 681. FAS 19-13-2-3. Casa do Pequeno Jornaleiro 1962-2002. Cad “A” Cx 01. Arquivo Municipal de Curitiba

<sup>v</sup> Pequeno Jornaleiro nº 05. Sem número de prontuário. FAS 19-13-2-3 Casa do Pequeno Jornaleiro 1962-2002. Cad “A” Cx 01. Arquivo Municipal de Curitiba

<sup>vi</sup> Pequeno Jornaleiro nº 05. Sem número de prontuário. FAS 19-13-2-3 Casa do Pequeno Jornaleiro 1962-2002. Cad. “A” Cx 01. Arquivo Municipal de Curitiba

<sup>vii</sup> Pequeno Jornaleiro nº 49. Pt nº 5378. FAS 19-13-2-2 Casa do Pequeno Jornaleiro 1962-2002. Cad. “A” Cx 01, Arquivo Municipal de Curitiba.

viii Pequeno Jornaleiro nº19. Pt nº4041. FAS 19-13-2-2 Casa do Pequeno Jornaleiro 1962-2002. Cad. "A" Cx 01, Arquivo Municipal de Curitiba.

## REFERÊNCIAS

AREND, Sílvia M. F. Legislação menorista para o trabalho: infância em construção. (Florianópolis, 1930-1945). Caderno Espaço Feminino, v. 17, n. 01, jan./jul., 2007.

BECHER, Franciele. **O “perigo moral” em tempos de segurança nacional**: políticas públicas e minoridade em Caxias do Sul – RS (1962-1992). Dissertação, História, Porto Alegre: UFRGS, 2012.

BUIAR, Janaina; CONCEIÇÃO, Arthur. Exploração da força de trabalho infantojuvenil: as várias faces deste grave problema social. In: ANDREOLI, Cleverson V.; TORRES, Patrícia L. (org.). Complexidade: redes e conexões do ser sustentável. 832ed. Curitiba: SENAR, 2014, v. 1, p. 593-612

CELESTINO, Sabrina. **Entre a FUNABEM e o SINASE**: A dialética do atendimento socioeducativo no Brasil. Tese, Serviço Social Rio de Janeiro: PUC, 2015.

FALEIROS, Vicente de P. Infância e Processo Político no Brasil. In: PILOTTI, Francisco e RIZZINI, Irene (org.). A Arte de Governar Crianças: a História das Políticas Sociais, da legislação e da Assistência à Infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais, 1995.

FONSECA, Claudia. **Caminhos da adoção**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão. Trad. Raquel Ramalhe. 37 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

LIMA, Nicolle T. de. **Os Meninos Na Casa do Pequeno Jornaleiro**: Institucionalização, Protagonismo e Trajetórias. (Curitiba, 1960-1978). Dissertação, História, Florianópolis: UESC: 2017.

MIRANDA, Humberto da S. A cor do abandono: as crianças em situação de rua no Recife na ditadura civil-militar (1964-1985). Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 7, n.14, p. 155 - 179, jan./abr. 2015.

REIS, Antero M. D. dos. **Trabalho infantojuvenil, impactos e dilemas do ECA**: a luta por direitos na justiça do trabalho – TRT 12 (Florianópolis, década de 1990). Tese, História, São Paulo: USP, 2015.

SCHUCH, Patrice. Infâncias e crianças. Civitas, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 205- 220, maio/ago. 2013.

VOGEL, Arno. O Menor Filho do Estado. Pontos de Partida para uma História da Assistência Pública à Infância no Brasil. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (org.). A arte de Governar Crianças: a História das Políticas Sociais, da Legislação e da Assistência à Infância no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Interamericano Del Niño, Editora Universitária Santa Úrsula, Amais, 1995.

BRASIL. Decreto número 17.943 A, de 12 de outubro de 1927.

CURITIBA. Extrato dos Estatutos da Casa do Pequeno Jornaleiro, 21 de setembro de 1942. Acervo da Casa da Memória de Curitiba, 1942.

CURITIBA. Em Louvor da Bondade: Discurso oficial pronunciado por ocasião da colocação da pedra fundamental do edifício da “Casa do Pequeno Jornaleiro”. Curitiba, Natal de 1942. Acervo Arquivo Municipal de Curitiba, 1942.

CURITIBA. Prontuários de Pequenos Jornaleiros. FAS 19-13-2-3 Casa do Pequeno Jornaleiro 1962-2002. Cad. "A" Cx 01; Arquivo Municipal de Curitiba. FAS 19-13-2-3 Casa do Pequeno Jornaleiro 1962-2002. Cad. "A" Cx 02; Arquivo Municipal de Curitiba.

FAS 19-13-2-3 Casa do Pequeno Jornaleiro 1962-2002. Cad. "A/B" Cx 03; Arquivo Municipal de Curitiba.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**ELIANE MIMESSE PRADO** - Graduada e Licenciada em História e Licenciada em Pedagogia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), Mestre em História e Filosofia da Educação e Doutora em História da Educação, no Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação, História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2004). Efetuou estágios de Pós-Doutorado: no Programa de História Social da PUCSP entre os anos de 2013 e 2014, e no Programa de Educação, no departamento de Fundamentos da Educação na Universidade de São Paulo (FEUSP), entre os anos de 2014 e 2015. Membro do Comitato Scientifico Internazionale della Collana Storia delle Istituzioni Educative e della Letteratura per l'Infanzia, Milano. Integra como membro a Red de Estudios de Historia de las infancias en America Latina (REHIAL) e a Red de Estudios Rurales sobre familias, infancia y juventudes (RERFIJ). É coordenadora do Simpósio Temático: Infância, Adolescência e Juventude: História e Historiografia da Associação Nacional de História/seção Paraná (ANPUH-PR); é sócia da Associação Nacional de História (ANPUH) e da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE). Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: História da educação e ensino de História.

# DIMENSÕES DA INFÂNCIA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)



[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)



[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)



[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)



Atena  
Editora

Ano 2021

# DIMENSÕES DA INFÂNCIA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

Atena  
Editora

Ano 2021